

Os primeiros anos dos capuchinhos bretões no Estado do Brasil (1642-1654)

Cassiana Maria Mingotti Gabrielli*

As primeiras missões capuchinhas no Estado do Brasil estiveram relacionadas às guerras coloniais com a Holanda.¹ A ocupação holandesa no Nordeste constituiu parte da Guerra dos Oitenta Anos, que compreendeu dois conflitos: uma guerra de independência nacional dos Países Baixos em relação à Espanha e uma disputa entre potências européias sendo estas também potências coloniais.² Após a conquista de Angola, em 1641, os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) capturaram três missionários capuchinhos – frei Colombino de Nantes, frei Jorge de Combourg e o irmão não-clérigo Bonício de Quimper – e os levaram a Recife no ano seguinte.

O governo holandês na colônia tinha planos de reenviar à Europa os capuchinhos. Vittorino Regni lembra que a moderação e tolerância de Maurício de Nassau propiciaram a permanência destes frades no Brasil. Mesmo diante da pressão contra a propagação da fé católica, a população – em sua maioria portuguesa – clamava por sacerdotes. Os holandeses calvinistas eram contrários a tal medida, contudo, para Nassau a tolerância religiosa parecia atender melhor aos seus interesses. Desta forma, poderia manter correspondência com o monarca francês Luís XIII, inimigo da Espanha, com a qual a Holanda ainda se encontrava em guerra.

Sendo assim, foi solicitado a Luís XIII o envio de cartas de recomendação dos capuchinhos bretões. Nassau mandou publicar a referida carta em Pernambuco, com proveito dos católicos que aí viviam. Ao se estabelecerem em Olinda, os capuchinhos bretões também haviam obtido licença da Santa Sé, para que exercessem suas faculdades de missionários apostólicos no Brasil. A Sagrada Congregação de Propagação da Fé decidiu pedir ao Santo Ofício esta licença aos capuchinhos de Pernambuco, visto que seria uma oportunidade de combater a heresia calvinista.³

Imbuídos desta responsabilidade, em 1645, com o início da guerra de libertação de Pernambuco, os capuchinhos se posicionam a favor dos luso-brasileiros, em defesa da fé católica, entendendo o conflito como uma guerra de libertação. Conforme Francisco Leite de

* **Mestrando** Instituição: **Universidade de São Paulo (USP)**

¹ Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)*. São Paulo, Hucitec – Edusp – FAPESP, 2002, p. 75.

² Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição, p. 19.

³ *Ibidem*, p. 12.

Faria, após a saída de Nassau da colônia, os novos governadores teriam tomado medidas de precaução, a fim de “abafar o culto católico que, sem mesmo pregar a rebelião, espicaçavam insensivelmente o desejo de expulsar os herejes (*sic*) calvinistas.”⁴ A contribuição destes religiosos na guerra foi marcada como “o apostolado do bom exemplo”⁵, com sua atividade caritativa nos hospitais e a assistência aos soldados, além de converter estrangeiros de várias nacionalidades. Entretanto, houve uma participação mais direta dos capuchinhos na guerra, servindo frei Cirilo de Mayenne de representante dos insurretos ou “deputado do povo e dos mestres de campo”,⁶ como consta na documentação. Este missionário foi incumbido de intermediar o pedido de auxílio à D. João IV e, caso não obtivesse ajuda, recorreria à Coroa francesa.

A aclamação de D. João IV, em 1640, dando origem a uma nova dinastia, colocou Portugal num conflito contra a Espanha para legitimar a sua independência. As Províncias Unidas também estavam em guerra com Filipe IV, a fim de se tornarem independentes. Na Europa, Portugal e Províncias Unidas eram aliados contra a dominação da monarquia espanhola. Todavia, no Ultramar, Portugal pretendia recuperar os territórios do Nordeste ocupados pelos holandeses. Diante de tal situação, como D. João IV necessitava do apoio das Províncias Unidas não podia empreender uma guerra pela recuperação das possessões ultramarinas, nem enviar ajuda aos levantados em Pernambuco. E a própria condição de guerra com a Espanha não disponibilizava homens para a luta no Ultramar, pois era preciso defender as fronteiras do reino. A restauração adquiriu, então, características de uma empresa predominantemente local, pois dependia dos recursos da terra, como o imposto extraordinário sobre o açúcar.⁷

Nesse sentido, deve-se compreender a apreensão do rei português quando soube que o capuchinho Cirilo de Mayenne poderia buscar a ajuda de uma potência como a França. Os territórios sob domínio holandês precisavam de reforços e poderiam passar à monarquia francesa, tendo como intermediários os religiosos capuchinhos. Era algo a se temer. No entanto, o apoio francês a Portugal, na guerra contra a Espanha, também era necessário. À França interessava que Portugal e seus domínios ultramarinos se separassem do império castelhano. O conflito na Península Ibérica também desviava parte do exército da Espanha do

⁴ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 25.

⁵ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, p. 73.

⁶ AHU, Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa, 5, doc. 357.

⁷ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição, pp. 13-14.

combate aos franceses na Catalunha, o que evidentemente favorecia a monarquia francesa. Mesmo contando com o auxílio francês, Portugal não conseguiu estabelecer uma liga como esperava – incluindo-o num possível acordo de paz com a Espanha – apenas uma aliança de cooperação militar.⁸

Depois de vários pedidos feitos à Coroa portuguesa, para o auxílio na guerra, as lideranças do movimento luso-brasileiro, sobretudo João Fernandes Vieira, enviaram frei Cirilo de Mayenne a Lisboa, com um rol do que necessitavam ao rei. Dentre as solicitações figuravam medicamentos, cirurgiões, munição e alimentos.⁹ Em prefácio à obra de Vittorino Regni, José Antônio Gonsalves de Mello afirma que:

“ao que parece, João Fernandes Vieira obteve o apoio de um dos capuchinhos, frei Cirilo de Mayenne, para averiguar da possibilidade da ajuda do Rei da França aos insurretos. Nessa iniciativa não é possível dizer com segurança se Vieira especulava com o temor de Portugal de uma interferência estranha no Brasil ou, na verdade, contemplava-a como solução para o ponto morto a que chegara a guerra naquela altura.”¹⁰

A alternativa de solicitar ajuda à França, caso Portugal não atendesse aos apelos dos levantados, já havia sido comunicada ao Conselho Ultramarino, em 1646.¹¹ Isto iria também ao encontro do desejo francês de ampliar suas possessões na América, podendo estender a Guiana Francesa por terras brasileiras. Por outro lado, D. João IV soube, mais tarde, aproveitar as disputas entre os líderes restauradores para impor a sua autoridade sobre a condução da guerra.¹²

Frei Cirilo de Mayenne foi recebido por D. João IV, apresentando-lhe os pedidos dos insurretos, além de expor os motivos da guerra. O capuchinho ainda mostrou ao rei a carta dos pernambucanos ao rei da França, da qual não se conhece o conteúdo. Talvez, contivesse um pedido de novos missionários. O monarca português ainda pôde ver a cópia de uma outra carta dos levantados à Coroa francesa. Estas aparentemente não continham qualquer assunto comprometedor. Entretanto, tal correspondência entre os pernambucanos e a monarquia francesa causou certa preocupação a D. João IV, tanto que este recomendou ao governador geral que averiguasse as relações dos capuchinhos bretões com os insurretos e a Coroa

⁸ Edgar Prestage. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, pp. 4-5.

⁹ AHU, Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 357. Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 70-71.

¹⁰ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello, p. 12. José Antônio Gonsalves de Mello. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço da infantaria de Pernambuco*. Recife, Universidade do Recife, 1956, vol. 1, pp. 256-257.

¹¹ AHU, cód. 13, fls. 355v e 392v.

¹² Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição, p. 353.

francesa, mas sob o maior sigilo, para que não se conhecesse as desconfianças sobre a sua conduta na colônia. E as recomendações não foram apenas estas. Logo após a viagem de Cirilo de Mayenne à França, D. João IV pediu ao Marquês de Niza, então embaixador em Paris, que vigiasse o enviado capuchinho, procurando saber das suas relações com a monarquia francesa.¹³

Antes de deixar Lisboa, frei Cirilo foi informado pelo rei português que havia sido concedida licença para que os capuchinhos estabelecessem um hospício na cidade. A decisão teria sido movida pela recomendação dos frades que fizera Ana de Áustria, em carta apresentada pelo embaixador Lanier. No entanto, Francisco Leite de Faria afirma que este foi o modo encontrado por D. João IV para tentar afastar os capuchinhos bretões – e sua pretensa influência francesa – do Brasil, sem levantar suspeitas à Coroa francesa.¹⁴

Estando já frei Cirilo em Paris, foi recebido pelo Marquês de Niza, o qual procurou saber as causas que o traziam à França. O capuchinho acabou por confirmar os receios da monarquia portuguesa: vinha com o intuito de pedir proteção ao rei francês para os pernambucanos. Tinha a intenção de verificar a possibilidade da ajuda – mantimentos e munições – partir de Saint-Malo, para onde os navios voltariam carregados de açúcar. Além disso, o missionário deixou escapar a informação de que João Fernandes Vieira poderia vir à França se preciso fosse, a fim de buscar o apoio necessário aos insurretos. Diante disto, aconselhava o embaixador a D. João IV que transferisse Fernandes Vieira para a Bahia, com motivo que não causasse problemas entre seus companheiros de Pernambuco.¹⁵ A partir destes acontecimentos, se percebeu a urgência de enviar um chefe para a guerra de Pernambuco. O escolhido foi Francisco Barreto, que partiu em 1647.

No entanto, era preciso ainda retirar os capuchinhos bretões da colônia, pois se acreditava que a sua presença favoreceria a ajuda francesa aos levantados, como consta na consulta do Conselho Ultramarino a D. João IV, de 1648, que demonstrava o receio da correspondência dos religiosos franceses em Pernambuco com o embaixador Francisco Lanier, fornecendo-lhe informações a respeito da situação de Pernambuco:

“Ao Conselho pareceu dar conta a Vossa Majestade como outras muitas vezes o tem feito, de quando convém animar e socorrer com toda a brevidade a gente de guerra de Pernambuco, e em forma que lhe chegue, e dizer a Vossa Majestade que obriga a grande cuidado, terem os franceses notícia das necessidades que ali se padecem, por

¹³ Ibidem, pp. 34-35.

¹⁴ Francisco Leite de Faria. “Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641 e 1652-1653) e resumo da sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833)”. *Separata La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l’enseignement du portugais*. 1977, p. 126.

¹⁵ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 37.

via deste religioso, e de outros seus companheiros que foram à França e de presente se acham nesta cidade...”¹⁶

Todavia, a decisão acerca da saída dos missionários deveria ser comunicada à rainha regente e ao Cardeal Mazarino, de modo que transparecesse a simpatia de D. João IV pelos capuchinhos, daí a concessão de licença para a construção de um hospício em Lisboa, demonstrando o favor que poderiam encontrar na monarquia portuguesa, assim como todos da nação francesa.¹⁷ Os capuchinhos seriam bem vindos ao reino, mas não deveriam ser tolerados na colônia.

Os freis Fabiano de Nantes e Hugo de Ancenis partiram em 1649 para Lisboa, acreditando que deveriam informar D. João IV das dificuldades enfrentadas pelos levantados de Pernambuco. Porém, foram aprisionados por holandeses que os encaminharam a Recife. Daí retornaram à Holanda e, depois, para França e Portugal, com o intuito de retornar a Pernambuco, mas não obtiveram licença para passarem à colônia, conforme a decisão do monarca português.¹⁸

Diante disto, os capuchinhos bretões tentaram reunir condições para que pudessem retornar à missão no Brasil. A partir de declarações dos “principais moradores” de Pernambuco confirmando a assistência dos religiosos, o Conselho Ultramarino, em consulta de 4 de maio de 1650, considera que Sua Majestade resolva “o que for mais de seu real serviço”.¹⁹ No mesmo ano, D. João IV permite que os capuchinhos que ainda se encontravam em Pernambuco – frei Jorge de Combours e Bonício de Quimper – aí permanecessem, mas a que nenhum outro religioso da ordem fosse concedida licença para passar ao Brasil.²⁰ Segundo recomendação do Conselho Ultramarino, os capuchinhos deveriam permanecer na colônia como capelães militares, enquanto durasse a guerra. Mas não parecia conveniente que fundassem convento, pois havia religiosos portugueses competentes para a missão. A atividade missionária dos capuchinhos deveria estar subordinada às circunstâncias políticas e aos interesses do Estado português, ocorrendo a defesa do direito do padroado régio, contra a ação da Sagrada Congregação de Propagação da Fé.²¹

¹⁶ AHU, Papéis Avulsos, Pernambuco, caixa 5, doc. 373.

¹⁷ Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, pp. 38-39.

¹⁸ Francisco Leite de Faria. “Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641 e 1652-1653) e resumo da sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833)”. *Separata La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l’enseignement du portugais*. 1977, p. 126.

¹⁹ AHU, cód. 278, fl. 324v. Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 80.

²⁰ AHU, cód. 275, fl.178v. Ibidem, p. 81.

²¹ Ibidem, p. 53. Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 85- 86.

Com o término da guerra, foi informado a D. João IV que os capuchinhos bretões haviam demonstrado suficiente zelo no serviço de Deus e de Portugal e, portanto, mereciam uma recompensa. E a recompensa esperada pelos religiosos era continuar no Brasil, além do envio de mais missionários para o seu auxílio. Assim, em 16 de dezembro de 1654, o rei assinou a provisão para que novos capuchinhos seguissem para Pernambuco.²² Contudo, mesmo após a decisão favorável à permanência dos capuchinhos, o governo de Lisboa continuou com uma postura hostil em relação aos missionários, evidenciada na proibição de fundar casas religiosas. Temia-se que um convento dos capuchinhos bretões pudesse servir de base a colonizadores franceses, dadas as ambições da França no Ultramar. Assim, não poderia haver qualquer contato entre os capuchinhos e a Coroa francesa, mas apenas com a monarquia portuguesa.²³ Em 1655, retornou ao Brasil frei Cirilo de Mayenne para dar continuidade ao trabalho interrompido. Nos anos posteriores, foram chegando outros capuchinhos bretões para o trabalho na missão.

Em meados do século XVII, a presença dos capuchinhos bretões no Estado do Brasil deve ser entendida, portanto, no contexto das disputas coloniais entre Portugal e França. D. João IV necessitava do apoio francês na guerra contra a Espanha, assim como o das Províncias Unidas. Dada a impossibilidade do envio de ajuda aos levantados de Pernambuco, tal situação dificultava a recuperação dos territórios ultramarinos sob domínio holandês e ainda reforçava a ameaça de uma ocupação francesa do Brasil, para a qual os capuchinhos bretões estariam empenhados, sendo considerados agentes da potência estrangeira. Sendo assim, não se levava em conta a sua atuação missionária nos territórios ultramarinos, mas somente a sua origem francesa e sua posição política em favor dos insurretos, fosse o auxílio obtido proveniente de Portugal ou da França.

Mesmo conseguindo a permissão para missionarem no Estado do Brasil, os capuchinhos bretões permaneceram como alvos de suspeitas, durante todo o período em que atuaram na colônia, em decorrência dos interesses hegemônicos franceses, evidentes à época, além de suas incursões nas conquistas portuguesas. Ao término da guerra, os capuchinhos foram apenas *tolerados* no Ultramar, o que nos leva a pensar que isto consistiu numa *estratégia* da monarquia lusa, visto que Portugal se encontrava numa delicada situação política e diplomática, dependendo de alianças com potências como a França.

²² Francisco Leite de Faria. *Os Barbadinhos franceses e a Restauração Pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954, p. 56.

²³ Pietro Vittorino Regni. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Superior dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1, pp. 86- 87.

Bibliografia

- BOXER, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica: 1440 – 1770*. Lisboa, Edições 70, 1989.
- BOXER, C. R. *O Império marítimo português*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- FARIA, Francisco Leite de. *Os barbadinhos franceses e a restauração pernambucana*. Coimbra, Coimbra Editora, 1954.
- FARIA, Francisco Leite de. “Os capuchinhos bretões na Ilha de São Tomé (1639-1641 e 1652-1653) e resumo da sua atividade no Brasil (1642-1702) e em Lisboa (1648-1833)”. *Separata La Bretagne, le Portugal, le Brésil: Actes du cinquantenaire de la création en Bretagne de l’enseignement du portugais*. 1977.
- FARIA, Francisco Leite de. *Os capuchinhos em Portugal e no Ultramar português*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654*. São Paulo, Editora 34, 2007, 3ª edição.
- MELLO, José Antônio Gonsalves de. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço da infantaria de Pernambuco*. Recife, Universidade do Recife, 1956, vol. 1.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1999 (1942).
- PRESTAGE, Edgar. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, 1640 a 1669*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650 – 1720*. São Paulo, Hucitec – Edusp, 2002.
- REGNI, Vittorino Pietro. *Os capuchinhos na Bahia*. Salvador – Porto Alegre, Casa Provincial dos Capuchinhos – Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988, vol. 1.